

Contribuições à Previdência Social devem aumentar a médio prazo

MARCELO NETTO

Da Sucursal de Brasília

O governo vai ter de aumentar a contribuição previdenciária, a médio prazo, para atender os benefícios aprovados pelo Congresso constituinte. Segundo apurou a Folha, a área econômica do governo está promovendo estudos que deverão resultar em projetos de lei que serão enviados ao Congresso Nacional. O próximo governo é que terá de colocar em prática o aumento das contribuições.

O aumento deverá pegar as empresas e os segurados em geral. Mas são as empresas, principalmente as de grande faturamento e lucro, que deverão arcar com o maior ônus da adaptação da Previdência ao novo texto constitucional. A área econômica do governo estuda ainda um

aumento da eficiência da máquina arrecadadora, maior racionalização dos benefícios e arrecadação e, provavelmente, o estabelecimento de novos tetos para alguns benefícios previdenciários.

O impacto das medidas sociais aprovadas pelo Congresso constituinte no ano que vem é praticamente nulo por causa da transferência dos recursos do Finsocial, que estavam no BNDES, para a Previdência. Mas, em 1990, o impacto será bem maior, o que exigirá as medidas de adaptação que terão de aumentar a arrecadação previdenciária.

As simulações estão ocorrendo nos computadores do governo, em Brasília e no Rio de Janeiro. Elas ainda estão no início, mas já há consenso da área econômica de que será necessário um aumento da arrecadação.

No ano que vem, apenas um dos benefícios aprovados pelo Congresso constituinte vai pressionar as despesas da Previdência Social. É a equiparação das aposentadorias e pensões ao valor real da época em que foi fixado. O prazo para implantação desta medida é de oito meses, a partir da promulgação do novo texto constitucional.

A melhor hipótese de simulação do governo para este benefício indica um acréscimo na despesa da Previdência de cerca de Cz\$ 400 bilhões, a preços de junho. Este número pode variar se, por exemplo, pervidenciários resolverem pedir equiparação salarial com categorias semelhantes. Mas, como a nova Constituição transfere os recursos do Finsocial (Cz\$ 400 milhões) para a Previdência, também no ano que vem, a Previdência está equilibrada.

FOLHA DE SÃO PAULO